

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CIDADES SUSTENTÁVEIS: O CASO DE CAMPO GRANDE - MS

Ellen de Oliveira Dias

Mestranda em Administração Pública, Universidade Federal da Grande Dourados. Assistente em administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã, MS, Brasil.

E-mail: ellendias.14@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5930-4078>

Evaldo Carlos Simis Junior

Mestrando em Administração Pública, Universidade Federal da Grande Dourados. Técnico de Nível Superior / Técnico Administrativo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil.

E-mail: evaldocsjr@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7070-1886>

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária. Professora na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

E-mail: marianogueira@ufgd.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8410-666X>

Vera Luci de Almeida

Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Professora na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

E-mail: veraalmeida@ufgd.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1020-9169>

Submetido em: 13/03/2025 Aceito em: 19/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v12i.98865>

Resumo

O desenvolvimento sustentável tornou-se prioridade global diante dos impactos ambientais e sociais decorrentes do uso intensivo dos recursos naturais. Em 2015, a comunidade internacional instituiu a Agenda 2030, composta por objetivos e metas voltados à mitigação de problemas ambientais e sociais, abrangendo cinco áreas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Nesse contexto, as administrações municipais assumem papel estratégico na implementação de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo analisa o desempenho da cidade de Campo Grande (MS) em relação aos indicadores dos ODS, identificando avanços e desafios para o cumprimento das metas estabelecidas. A pesquisa utilizou uma matriz de avaliação do desenvolvimento sustentável organizada em quatro dimensões: Ambiente, Sociedade, Governança

e Pessoas. Os resultados demonstraram que o quadrante ambiental apresentou desempenho classificado como “Bom” ou “Muito Bom”. Entretanto, nas dimensões sociedade, pessoas e governança, predominou a classificação “Médio”. Embora a administração municipal desenvolva ações voltadas à sustentabilidade, conforme divulgado no site oficial da Prefeitura, os resultados evidenciam a necessidade de ampliar iniciativas sustentáveis. Entre os principais desafios identificados estão a ampliação do acesso à habitação, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, o incentivo à participação cidadã nas decisões públicas e a criação de parques, praças e corredores verdes/ecológicos. Conclui-se que a implementação dessas políticas pode elevar os índices de sustentabilidade e fortalecer Campo Grande como referência em desenvolvimento urbano sustentável no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Cidades Sustentáveis.

Abstract

Sustainable development has become a global priority due to the environmental and social impacts resulting from the intensive use of natural resources. In 2015, the international community established the 2030 Agenda, which includes goals and targets aimed at mitigating environmental and social problems, covering five key areas: people, planet, prosperity, peace, and partnership. In this context, municipal administrations play a strategic role in implementing public policies aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs). This study analyzes the performance of the city of Campo Grande (MS), Brazil, regarding SDG indicators, identifying advances and challenges in achieving the established targets. The research employed a sustainable development assessment matrix organized into four dimensions: Environment, Society, Governance, and People. The results showed that the environmental dimension achieved classifications ranging from “Good” to “Very Good.” However, in the dimensions of society, people, and governance, most indicators were classified as “Medium.” Although the municipal administration has implemented sustainability-oriented actions, as reported on the official City Hall website, the findings highlight the need to strengthen sustainable initiatives. The main challenges identified include expanding access to housing, improving the quality of public services, encouraging citizen participation in public decision-making, and creating parks, squares, and green/ecological corridors. The study concludes that implementing these public policies can improve sustainability indicators and strengthen Campo Grande as a model of sustainable urban development in Brazil.

Keywords: Sustainable Development; 2030 Agenda; Sustainable Cities.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento sustentável tem ganhado crescente destaque nas últimas décadas, impulsionado pela intensificação dos impactos ambientais e sociais decorrentes do uso excessivo dos recursos naturais e de modelos econômicos pouco equilibrados. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030, para guiar a transição global, sendo um plano de ação que estabelece 17 ODS e 169 metas, orientando governos, instituições e a sociedade na construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e ambientalmente responsável (ONU, 2015).

Os ODS abrangem uma grande quantidade de desafios e prioridades essenciais para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo. Os temas abordados incluem questões críticas que vão desde a erradicação da pobreza e da fome até a promoção da saúde e da educação de qualidade, passando pela igualdade de gênero, acesso à água potável, ação climática, conservação dos recursos naturais e promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (PUC Minas, 2023).

A sustentabilidade então, passa a representar um modelo de desenvolvimento que busca atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras (ONU, 1987). O tema passou a integrar de forma mais consistente as políticas públicas e as práticas sociais, incentivado pelo aumento dos movimentos e organizações preocupadas com o futuro ambiental do planeta (Zorzo *et. al.*, 2022).

As questões relacionadas à sustentabilidade estão entre as principais temáticas quanto ao planejamento urbano no Brasil. Conforme dados do Censo Demográfico, 87,4% da população brasileira vive em áreas urbanas (IBGE, 2023). Desse modo, as cidades tornam-se centros de problemas como poluição, geração de resíduos sólidos, desperdício de recursos naturais, entre outros. Portanto, buscam-se práticas de planejamento que incluam a participação da sociedade por meio de instrumentos que reinventem os centros urbanos, garantindo o futuro das próximas gerações e materializando as “cidades sustentáveis” (Silva *et al.*, 2021).

Possuindo papel fundamental nas interações políticas e socioeconômicas, as capitais brasileiras concentram parcelas consideráveis de bens e serviços do país, caracterizando-se como centros de influência e tomadas de decisões. Dessa forma, as capitais desempenham uma função determinante na estrutura organizacional da sociedade e na formação de redes urbanas, representando o país em suas riquezas e desigualdades (ICS,

2024).

O índice dos desafios da gestão municipal (IDGM) é uma ferramenta que reúne 15 indicadores em quatro grandes áreas essenciais para a qualidade de vida da população. Ocupando a 9ª posição no ranking das capitais brasileiras e a 46ª dentre as 100 maiores cidades do Brasil, com índice geral de 0,630 pontos (Macroplan Analytics, 2024), Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, passou por uma modernização impulsionada pela agroindústria, tornando-se um importante centro urbano (Neves, 2022).

Ainda conforme Neves (2022), com pouco menos de um milhão de habitantes, Campo Grande - MS, enfrenta os desafios comuns às cidades brasileiras de seu porte, como problemas em saúde, habitação e transporte. Nos últimos quarenta anos, a cidade se consolidou como uma metrópole regional capaz de atender às crescentes demandas geradas pelo rápido desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (Neves, 2022). A cidade se destacou como a segunda capital brasileira e a primeira cidade em Mato Grosso do Sul a aderir à Agenda 2030, apresentando diversas iniciativas voltadas à melhoria de seus índices alinhados aos ODS.

Nessa perspectiva, o estudo apresenta a seguinte problemática: uma vez identificado os níveis de alcance dos ODS em Campo Grande – MS, seus níveis são capazes de promover mudanças que realmente contribuam com o alcance das metas definidas? A partir desta pergunta, este estudo tem como objetivo analisar o desempenho da cidade de Campo Grande (MS), em relação aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando os avanços e desafios para o alcance das metas estabelecidas.

Embora existam iniciativas institucionais e relatórios que abordam a implementação dos ODS em Campo Grande, observa-se que pesquisas científicas ainda são pouco evidenciadas. Tendo em vista que a cidade, como capital do Estado, é executora de ações que influenciam os demais municípios, esta pesquisa contribuirá para a análise dos indicadores locais, permitindo verificar o que precisa ser desenvolvido ou melhorado para o alcance das metas.

2 CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA

2.1 CENÁRIO AMBIENTAL BRASILEIRO EM 2024, A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MATO GROSSO DO SUL

É ultrapassado o imaginário de que os recursos que garantem a subsistência da humanidade em todos os seus estilos de vida e consumo são inesgotáveis. No final do século XIX que organizações e movimentos populares começaram a se unir para encabeçar movimentos preservacionistas, com ações como a delimitação de parques nacionais para a preservação da biodiversidade (Bacci; Kuntschik, 2013).

Apenas no ano de 2024, no Brasil, pode-se observar algumas calamidades naturais, como: (1) chuvas intensas num período de 10 dias no estado do Rio Grande do Sul (RS), causando, além de danos estruturais, 806 feridos, 27 desaparecidos e 183 óbitos confirmados, (2) aumento no número de queimadas descontroladas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, as quais, conforme artigo publicado pela WWF-Brasil (2024), não possuem relação natural com os ciclos dos biomas. Embora não estejam completamente identificadas as causas, a Organização Não Governamental (ONG) traz que os principais focos estão localizados em áreas privadas e, apesar de não ser possível afirmar que são criminosos, eles não estão relacionados à dinâmica natural desses ecossistemas.

O *GreenPeace*, ONG Ambiental que luta pela conservação e preservação dos ecossistemas, em seu informativo *Queimadas no Brasil* (GreenPeace, 2024) defende que as queimadas no Brasil estão ligadas à abertura de pastos e ao avanço do desmatamento como meio de limpeza de terreno que dá vasão à agricultura. A Figura 1 traz um recorte da pesquisa realizada pela organização. Por sua vez, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2024), por meio de seu “Programa Queimadas”, divulga o Boletim Mensal de Monitoramento e Risco de Queimadas e Incêndios Florestais, sendo o mais recente disponibilizado em agosto de 2024, referente a julho do mesmo ano. Constatou-se que Corumbá, cidade localizada no oeste do estado de Mato Grosso do Sul (MS), registrou 771 focos de incêndio, sendo a 3ª cidade com maior número de registros.

Figura 1: Queimadas no Brasil de janeiro a agosto de 2024



Fonte: GreenPeace (2024, [s.p.])

Contudo, a sustentabilidade não se limita exclusivamente à preservação ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável, consolidado pela Comissão de Brundtland, fundamenta-se em três pilares interdependentes: o ambiental, o econômico e o social (Comissão, 1987). Neste sentido, questões relacionadas à degradação ambiental não podem ser dissociadas das problemáticas sociais e econômicas que permeiam a sociedade contemporânea. Assim como a destruição dos ecossistemas compromete a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, a violação dos direitos humanos e trabalhistas representa uma ameaça à dignidade e ao bem-estar da população, constituindo, portanto, dimensões distintas, porém indissociáveis, da mesma urgência por transformações estruturais rumo ao desenvolvimento sustentável.

Isso posto, além dos recortes sobre a situação do meio ambiente no Brasil, é constante, nas redes sociais e nos meios de telecomunicação, notícias sobre pessoas sendo resgatadas de trabalhos análogos à escravidão. Segundo dados divulgados por Máximo (2024) na Agência Brasil, em 2023, o Brasil resgatou 3.151 trabalhadores que atuavam em condições análogas à escravidão. Esse é o maior número desde 2009, quando foram resgatadas 3.765 pessoas nestas mesmas condições.

Estes cenários relatados - o meio ambiente, e a dignidade do ser humano - são apenas algumas das tratativas observadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os tópicos a seguir trarão uma síntese da Agenda 2030, das ODS e versará sobre as Cidades Sustentáveis

2.2 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a Revolução Industrial, o avanço tecnológico e o crescimento econômico transformaram profundamente o meio ambiente, intensificando a exploração dos recursos naturais e a expansão urbana. Ao perceber que esse modelo de desenvolvimento poderia atingir um ponto de esgotamento, a comunidade internacional passou a discutir formas de conciliar progresso e preservação ambiental por meio de pactos globais (Hanlon, 2020).

A conscientização ambiental global ganhou impulso substancial na década de 1960, em grande parte pela publicação de “Silent Spring” datado de 1962, de Rachel Carson. Este livro seminal expôs os impactos prejudiciais dos pesticidas nos ecossistemas e saúde pública, estabelecendo bases para o ambientalismo moderno e mobilizando a opinião pública (Stoll, 2020).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), apresenta em seu site uma linha do tempo com as principais atividades relacionadas à luta pela preservação do meio ambiente, mostrando um aumento gradual, que abrange cada vez mais setores importantes para a vida humana e a sustentabilidade do planeta. Em 1968, foi apresentado o relatório “Atividades das Organizações das Nações Unidas e Programas Relevantes ao Meio Ambiente Humano”, que estabeleceu as bases de atuação do PNUMA, oficialmente criado na conferência de Estocolmo em 1972. Nos anos seguintes, diversas ações foram tomadas até que, em 1987, foi entregue o Relatório Brundtland à Assembleia Geral da ONU, inaugurando uma nova abordagem para ação ambiental focada no Desenvolvimento Sustentável. Novas proposições foram realizadas e postas em prática ao longo dos anos seguintes, culminando na Cúpula da Terra em 1992, no Rio de Janeiro, onde vários acordos foram estabelecidos, incluindo a assinatura da Agenda 21, que visava conciliar o desenvolvimento sustentável com o crescimento econômico e a justiça social (UNEP, 2020).

Nos anos 2000, a Organização das Nações Unidas lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), primeiro esforço global sistematizado voltado à redução da pobreza extrema e à promoção do desenvolvimento humano. Embora tenham representado um avanço significativo, os ODM apresentaram limitações, especialmente pela ausência de metas integradas entre as dimensões econômica, social e ambiental. Ainda assim, constituíram um marco importante na consolidação de uma agenda internacional de sustentabilidade, servindo de base conceitual e metodológica para a formulação dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (Carvalho; Barcellos, 2014).

Novas medidas objetivando o estabelecimento de práticas e políticas sustentáveis foram acordadas entre os países. Em 2012, ocorreu a Conferência RIO+20, também na cidade do Rio de Janeiro, que teve duas principais temáticas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (Rio+20, 2024).

Em 2015, por meio de discussões na Assembleia Geral, a ONU organizou um documento intitulado “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esse documento descreve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que consistem em 17 objetivos gerais e 169 metas a serem executadas pelos países até 2030. A missão desse documento é orientar as ações do governo e demais atores sociais no enfrentamento dos desafios globais relacionados à desigualdade social, mudanças climáticas e degradação ambiental. No total, 193 líderes mundiais se comprometeram a dedicar esforços no combate aos problemas dispostos ao longo do documento (Michaelson, 2020).

Os ODS foram elaborados a partir da experiência com os ODM que, apesar de terem promovido avanços expressivos na redução da pobreza e na ampliação do acesso à educação e à saúde, não atingiram integralmente suas metas (Carvalho; Barcellos, 2014).

No contexto brasileiro, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), destaca que o principal desafio de implementação está na territorialização dos ODS, isto é, na adaptação das metas globais às realidades locais (CNODS, 2024). Conforme OCDE (2020), a territorialização requer envolvimento direto dos estados e municípios, que são responsáveis por desenvolver estratégias, indicadores e políticas públicas alinhadas às metas e direcionadas às particularidades de cada território. Essa abordagem fortalece o diálogo entre diferentes esferas de governo, permitindo que o progresso dos ODS seja monitorado com base em dados e indicadores locais.

2.3 CIDADES SUSTENTÁVEIS

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030, destaca-se o ODS 11, intitulado “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, que tem como meta principal “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras,

resilientes e sustentáveis”. Esse objetivo reúne um conjunto de metas voltadas à melhoria das condições de vida urbana, abrangendo aspectos como acesso à habitação adequada e transporte seguro, planejamento urbano inclusivo e sustentável, proteção do patrimônio natural e cultural, redução dos impactos ambientais negativos e ampliação de espaços públicos acessíveis e verdes (Nações Unidas Brasil, 2024).

No contexto brasileiro, Maluf et al. (2023) observam que o processo de urbanização foi historicamente marcado pela industrialização acelerada e por modelos de gestão pública que negligenciaram a sustentabilidade ambiental e social. Esse histórico explica parte dos desafios atuais para a implementação do ODS 11, como a segregação socioespacial, o déficit habitacional e a precarização dos serviços urbanos. Diante desse cenário, surgem iniciativas voltadas à reorientação do planejamento urbano, entre as quais se destaca o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), criado pela Rede Nossa São Paulo, em parceria com outras organizações e outras organizações da sociedade civil, com o propósito de apoiar as administrações municipais na integração dos princípios da sustentabilidade à gestão pública (PCS, 2016).

O programa propõe um conjunto de ferramentas e indicadores alinhados aos ODS, incentivando a formulação de políticas públicas integradas e a elaboração de planos de metas municipais com foco na transparência, na equidade e na qualidade de vida urbana. Ao reconhecer que os governos locais são o nível de administração mais próximo dos cidadãos, o PCS reforça o papel estratégico das prefeituras na promoção de comportamentos sociais sustentáveis, por meio de ações de educação, campanhas de sensibilização e instrumentos de governança participativa (PCS, 2016). Os Indicadores são fundamentais como instrumentos para o planejamento de cidades sustentáveis, bem como para o desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas (ICS, 2024b).

Diante disso, o ODS 11 e o PCS alinham-se no objetivo de fortalecer a capacidade dos governos locais de planejar o desenvolvimento urbano de forma integrada, equitativa e ambientalmente responsável. Essa articulação evidencia a importância da territorialização dos ODS, definindo que os princípios universais sejam adaptados às especificidades de cada cidade.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o desempenho da cidade de Campo Grande (MS), em relação aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a pesquisa analisou o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). O IDSC tem como função orientar prefeitos(as) na definição de metas e referências baseadas em indicadores, auxiliando no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível local (ICS - Instituto Cidades Sustentáveis, 2024). A metodologia utilizada para o IDSC-BR foi elaborada pela rede Sustainable Development Solution Network (SDSN), criada dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, de natureza qualitativa (Gil, 2008), desenvolvida a partir da análise de indicadores secundários disponibilizados pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR). O objetivo central foi compreender as interações entre os diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável no contexto urbano de Campo Grande (MS), com base na estrutura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O IDSC-BR foi elaborado pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) em parceria com a Sustainable Development Solutions Network (SDSN), com o propósito de mobilizar conhecimento técnico e científico voltado ao monitoramento da sustentabilidade em nível local. O índice é composto por 100 indicadores, distribuídos entre os 17 ODS, e expressos em uma escala de 0 a 100 pontos, em que valores mais elevados representam maior proximidade das metas da Agenda 2030 (ICS, 2024).

A partir desses dados, adotou-se como referencial metodológico a Matriz de Desenvolvimento Sustentável (MDS), proposta por Magalhães (2023), que organiza os 17 ODS em quatro quadrantes temáticos: Ambiente, Sociedade, Governança e Pessoas. Essa matriz permite uma leitura sistêmica da sustentabilidade, considerando a interdependência entre dimensões ecológicas, sociais, institucionais e humanas.

Figura 2: Matriz de Desenvolvimento Sustentável

AMBIENTE		SOCIEDADE		GOVERNANÇA		PESSOAS	
A1	Ecossistema	S1	Ética e valores	G1	Valor e Propósito	P1	Prosperidade, emprego e renda
A2	Energia	S2	Direitos humanos	G2	Resultados econômicos	P2	Participação e pertencimento
A3	Clima	S3	Desenvolvimento humano	G3	Resultados operacionais	P3	Desenvolvimento pessoal
A4	Consumo sustentável	S4	Desenvolvimento econômico	G4	Reputação e reconhecimento	P4	Qualidade de vida no trabalho

Fonte: Magalhães (2023, p. 105).

Ambiente: foco em práticas que preservem e regenerem os recursos naturais e minimizem impactos ambientais: (A1) proteção de ecossistemas naturais (recuperação de florestas, manejo de água e resíduos); (A2) promoção da eficiência energética e de fontes renováveis; (A3) redução de emissões de carbono e adaptação às mudanças climáticas; (A4) uso de tecnologias verdes, economia circular e redução de resíduos.

Sociedade: voltada à promoção do bem-estar social, inclusão e desenvolvimento humano: (S1) práticas de transparência, combate à corrupção e fortalecimento da cidadania; (S2) respeito e promoção de direitos básicos, como saúde, segurança e igualdade; (S3) melhoria de indicadores sociais como educação, saúde e IDH; (S4) crescimento sustentável com foco em infraestrutura, renda per capita e inclusão produtiva.

Governança: relacionada ao desempenho organizacional, eficiência e reconhecimento: (G1) alinhamento estratégico com missão e objetivos organizacionais; (G2) gestão eficiente dos ativos e geração de riqueza; (G3) excelência nos processos e prevenção de riscos, (G4) fortalecimento institucional, confiança e inovação.

Pessoas: direcionada à valorização e ao desenvolvimento de indivíduos dentro e fora das organizações: (P1) criação de empregos justos e formais; (P2) inclusão, diversidade e compartilhamento de sucessos; (P3) educação e capacitação contínuas; (P4) promoção do bem-estar, saúde e segurança laboral.

Metodologicamente, esta pesquisa utilizou a MDS como estrutura analítica para categorizar os indicadores disponibilizados pelo IDSC-BR referentes à cidade de Campo Grande. O processo consistiu em analisar cada indicador quanto à sua natureza e finalidade, alocando-o

em um dos quatro quadrantes temáticos da matriz: indicadores relacionados à preservação ambiental, gestão de recursos naturais e mitigação de impactos ecológicos foram classificados no quadrante Ambiente; aqueles voltados ao bem-estar coletivo, inclusão social, direitos fundamentais e desenvolvimento humano, no quadrante Sociedade; indicadores associados à gestão pública, transparência, eficiência institucional e governança democrática, no quadrante Governança; e aqueles direcionados às condições de trabalho, empregabilidade, capacitação profissional e valorização do capital humano, no quadrante Pessoas. Após a categorização completa dos indicadores, procedeu-se à análise quantitativa e qualitativa dos dados por quadrante, permitindo identificar o desempenho de Campo Grande em cada dimensão da sustentabilidade. Essa sistematização possibilitou mapear tanto os avanços alcançados quanto os desafios persistentes na implementação das metas da Agenda 2030, fornecendo subsídios para a proposição de ações estratégicas voltadas à melhoria dos indicadores com desempenho menos favorável.

O processo metodológico foi desenvolvido em quatro etapas principais:

A primeira etapa consistiu na coleta e organização dos dados, obtidos a partir dos indicadores do IDSC-BR 2024 referentes ao município de Campo Grande (MS), disponíveis na plataforma do Instituto Cidades Sustentáveis. Cada indicador foi identificado conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável correspondente e sistematizado em planilha eletrônica, com o intuito de facilitar sua análise e interpretação.

Na segunda etapa, realizou-se a categorização dos indicadores. Com base na Matriz de Desenvolvimento Sustentável, cada indicador foi classificado em um dos quatro quadrantes temáticos: Ambiente, Sociedade, Governança e Pessoas, considerando sua natureza, objetivo e tipo de impacto predominante. Essa classificação possibilitou organizar os dados de maneira a representar as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável.

A terceira etapa envolveu a análise qualitativa e interpretativa dos dados, buscando compreender como cada dimensão se manifesta no contexto urbano de Campo Grande. A interpretação foi conduzida à luz de relatórios e publicações oficiais, permitindo contextualizar os avanços e desafios do município na implementação dos ODS e identificar possíveis relações entre políticas públicas locais e o desempenho observado.

Por fim, a quarta etapa correspondeu à análise qualitativa dos indicadores, associada à interpretação contextual baseada em documentos e fontes oficiais, que possibilitou uma visão integrada do desenvolvimento sustentável municipal. Essa abordagem reforça o caráter

multidimensional da sustentabilidade e contribui para a formulação de diagnósticos e reflexões voltadas à melhoria dos indicadores de Campo Grande no âmbito da Agenda 2030.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CAMPO GRANDE/MS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Campo Grande – MS, apresenta um Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) de 53,45 pontos, posicionando-se na 930ª colocação entre 5.570 municípios avaliados (Brasil, 2024). Essa pontuação indica desafios significativos em várias áreas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo uma condição intermediária de desenvolvimento sustentável no contexto nacional.

A cidade tem implementado projetos que visam melhorar o IDSC. Conforme notícias veiculadas no site oficial da Prefeitura de Campo Grande (2023a), foi inaugurado o Parque Tecnológico e de Inovação (Parktec CG), um espaço destinado à promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação, onde empresas e centros de pesquisas podem colaborar. Ainda de acordo com as informações da Prefeitura, essa iniciativa visa incentivar o empreendedorismo e impulsionar o processo de aceleração socioeconômica.

Além disso, com a intenção de fomentar a sustentabilidade de pequenos produtores, foi iniciado o projeto “Adubando Oportunidades”, que destina corretamente materiais descartados por empresas do comércio de sementes, oferecendo oportunidades de crescimento para pequenos agricultores (Campo Grande, 2023b).

Ainda no portal da prefeitura, foram noticiadas outras séries de ações projetadas para fortalecer o desenvolvimento da cidade, entre elas o fortalecimento da cadeia produtiva de reciclados, ações de conscientização e educação ambiental, e incentivos fiscais e financeiros para empresas que reciclam. Todas essas ações e projetos têm, entre seus objetivos, diminuir impactos socioambientais além da geração de emprego e renda (Campo Grande, 2024).

Apesar das propostas significativas da administração municipal, dos 16 ODS utilizados nos quadrantes da matriz, apenas 5 estão classificados nas faixas “Alto” e “Muito Alto”. A maioria dos ODS se enquadra nas categorias “Muito Baixo”, “Baixo” e “Médio”. Os índices estão bem distribuídos entre os quadrantes; no entanto, na dimensão “Sociedade”, con-

forme Figura 3, observa-se uma ampla variedade de faixas de desempenho que refletem desigualdades significativas, sendo que em sua maioria, as categorias estão entre “Muito Baixo” e “Baixo”.

Figura 3: Matriz de Desenvolvimento Sustentável, quadrante Sociedade

Sociedade			
S1	S2	S3	S4
 Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99	 Muito baixo - 0 a 39,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99  Alto - 60 a 79,99  Baixo - 40 a 49,99	 Alto - 60 a 79,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Muito alto - 80 a 100  Muito baixo - 0 a 39,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99  Médio - 50 a 59,99  Alto - 60 a 79,99	 Baixo - 40 a 49,99  Baixo - 40 a 49,99  Alto - 60 a 79,99  Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99  Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2024), baseado em Magalhães (2023)

No quadrante “Pessoas”, conforme Figura 4, é possível observar que não existe indicador “Alto” ou “Muito Alto”. Ele é fundamental, pois abrange diretamente metas ligadas à melhoria da qualidade de vida e ao combate às desigualdades, refletindo a importância da inclusão social e do desenvolvimento humano. São desafios significativos e que já possuem algumas iniciativas tomadas. Uma delas é a “Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” que teve início em 20 de novembro de 2024 e se estendeu até dia 10 de dezembro (Campo Grande, 2024), iniciativa que visa sensibilizar a sociedade sobre a violência de gênero e auxiliar na promoção da igualdade, criando um ambiente mais seguro e justo para as mulheres.

Figura 4: Matriz de Desenvolvimento Sustentável, quadrante Pessoas

Pessoas			
P1	P2	P3	P4
 Baixo - 40 a 49,99  Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99	 Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99	 Médio - 50 a 59,99  Muito baixo - 0 a 39,99  Médio - 50 a 59,99	 Médio - 50 a 59,99

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2024), baseado em Magalhães (2023)

No quadrante “Ambiental”, Figura 5, é possível analisar que dos 9 ODS distribuídos, 5 estão classificados nas faixas “Muito Alto” e “Alto”. Isso indica um desempenho positivo nas práticas relacionadas à mitigação dos impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade. O parque tecnológico e o projeto “Adubando Oportunidades” são exemplos de ações positivas que ajudam a elevar esse índice.

Figura 5: Matriz de Desenvolvimento Sustentável, quadrante Ambiental



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2024), baseado em Magalhães (2023)

No quadrante “Governança”, conforme ilustrado na Figura 6, é possível observar que os índices estão na faixa “Médio”. Essa classificação sugere que Campo Grande possui uma administração pública funcional, indicando a existência de uma estrutura básica de governança. Essa estrutura está relacionada a aspectos fundamentais como planejamento estratégico, monitoramento e controle da gestão pública, além de transparência e eficiência nos processos administrativos.

Figura 6: Matriz de Desenvolvimento Sustentável, quadrante Governança



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2024), baseado em Magalhães (2023)

A análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável em Campo Grande revela a situação da cidade em relação ao cumprimento das metas estabelecidas na Agenda 2030. Com pouco mais de cinco anos restantes até o prazo final, é evidente que ainda há muito a ser feito para que a sociedade possa proporcionar um modelo de vida digno para sua população, permitindo a perpetuação de condições sustentáveis. Com este propósito, a administração da cidade de Campo Grande criou a Comissão Municipal dos Objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável, conforme mencionado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2018). Essa iniciativa representa um passo significativo para o monitoramento dos índices relacionados aos ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planeta enfrenta uma crise ambiental sem precedentes, tornando o desenvolvimento sustentável uma prioridade crescente em todos os setores da sociedade. A necessidade de alinhar estratégias globais para garantir que as futuras gerações vivam em um ambiente saudável, e não em um cenário comprometido pela exploração inadequada dos recursos naturais, é mais urgente do que nunca.

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável precisam ser adaptados a cada realidade local e, para isso, é fundamental que as cidades implementem políticas públicas direcionadas a cada um dos indicadores. Elas são o elo mais próximo do cidadão e influenciam diretamente seu modo de vida, garantindo assim a relevância e eficácia na promoção dessas ações.

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, apresenta um nível mediano no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), com 53,45 pontos. A cidade tem empreendido esforços para melhorar seus índices por meio de diversas iniciativas e projetos, como pode ser observado por meio das notícias veiculadas pelo *site* oficial da Prefeitura. Essas ações buscam promover a inovação e o empreendedorismo, infraestrutura urbana, fortalecimento de capacidades humanas e geração de empregos, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

Para que ela possa avançar nos índices dos ODS, fica claro a necessidade de propostas que integrem políticas públicas entre todos os quadrantes. Dentre estes, é essencial conectar “Pessoas” e “Sociedade” para assegurar uma melhor interação nas áreas de saúde e educação, permitindo políticas mais eficazes e abrangentes. Além disso, a cidade precisa focar em contínuas melhorias nos processos administrativos, tornando-os mais ágeis e transparentes de modo a aumentar a confiança da população nas instituições públicas. É preciso também promover a participação da população nas decisões políticas, já que estas afetam diretamente o modo de vida delas. O fomento das ações de desenvolvimento sustentável na cidade precisa ser intensificado. Não apenas visando o campo econômico, mas também aquelas que

garantam o acesso igualitário aos serviços essenciais.

Uma abordagem integrada entre todos os setores e atores da sociedade, aliada a uma administração mais eficiente e participativa pode elevar os índices de Campo Grande, MS, garantindo um futuro melhor aos seus habitantes. Isso só é possível quando a Administração Pública se empenha em criar políticas públicas que envolvam todos esses atores.

No quadrante “Sociedade”, da matriz de Desenvolvimento Sustentável, analisada na seção quatro, observou-se que dos 25 objetivos pertencentes a esta categoria, apenas 4 performam como indicador “Alto”, e apenas 1 consta como “Muito Alto”. Notavelmente, 52% (cinquenta e dois por cento) destes indicadores se encontram na categoria “Muito Baixo” ou “Baixo”. Uma mudança de rota se faz necessária por meio de políticas públicas como: melhorias em programas de transferência de renda, ampliação do acesso de pessoas marginalizadas à educação e ao emprego, além da revitalização de espaços públicos como praças, áreas verdes e parques em regiões vulneráveis, garantindo a segurança da população. Tais medidas podem elevar o desempenho desse quadrante, tornando Campo Grande um modelo para outras cidades brasileiras.

A melhoria de políticas públicas voltadas para a habitação social, aprimoramentos nos atendimentos, fluxos e equipes dos Centros Referência de Assistência Social (CRAS), na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), vinculada à Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, além da implementação de mais hortas comunitárias e o incentivo à agricultura familiar, são exemplos de iniciativas que podem elevar o conceito da cidade nesse quadrante (Campo Grande, 2023c).

No quadrante “Ambiental”, os conceitos apresentam as melhores médias, entretanto, há espaço para aprimoramento na construção de mais corredores verdes, além de expandir a preservação e a recuperação de ecossistemas por meio das unidades de conservação municipais.

O quadrante de “Governança” apresenta o conceito médio, indicando que a política de governança municipal é funcional, mas necessita de melhorias. Algumas ações recomendadas incluem: a busca pela eficiência dos processos administrativos, ofertando à população serviços de qualidade, capacitação continuada e a gestão por desempenho. Também é importante observar o avanço no combate à corrupção e incentivar uma participação mais ativa da população nas decisões políticas da cidade.

Por fim, é notório perceber que o desenvolvimento e aprimoramento de uma política pública pode impactar os quatro quadrantes simultaneamente. A política habitacional, por exemplo, além de oferecer condições dignas de moradia, pode promover o desenvolvimento da área ambiental, através da criação de corredores verdes, parques e praças públicas próximas às habitações populares. Pode, também, fomentar melhorias no quadrante de governança ao incentivar maior participação cidadã na vida pública da cidade, além de otimizar processos para atender às necessidades da população de modo mais eficiente.

Em conclusão, a análise da Matriz de Desenvolvimento Sustentável de Campo Grande revela áreas de força e oportunidades de melhoria. A implementação de políticas públicas integradas e participativas, alinhadas aos ODS, pode elevar significativamente o desempenho da cidade em todos os quadrantes, promovendo um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

BACCI, Denise de LaCorte; Kuntschik, Gerardo. Recursos Naturais. In: **Aprendizagem social e unidades de conservação: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais**. São Paulo: IEE/PROCAM, 2013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/35019c80-99e5-4ba1-aba4-737322ceaf44/2421076.pdf> Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Campo Grande. 2024. Disponível em <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/5002704/> Acesso em: 10 nov. 2024.

CAMPO GRANDE. **Campanha 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres já começou e segue até dezembro**. 2024. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/campanha-21-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-ja-comecou-e-segue-ate-dezembro/> Acesso em: 25 nov. 2024.

CAMPO GRANDE. **Inauguração do Parktec CG marco o começo de uma Era de Inovação em Campo Grande**. Prefeitura de Campo Grande, 2023 a. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/inauguracao-do-parktec-cg-marca-o-comeco-de-uma-era-de-inovacao-em-campo-grande/> Acesso em: 30 nov. 2024.

CAMPO GRANDE. **Prefeitura de Campo Grande aposta no futuro com ações para o desenvolvimento econômico e sustentável.** 2023 b. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/prefeitura-de-campo-grande-aposta-no-futuro-com-acoes-para-o-desenvolvimento-economico-e-sustentavel/> Acesso em: 30 nov. 2024.

CAMPO GRANDE. **Prefeitura lança projeto Adubando Oportunidades nesta quarta-feira(3).** Prefeitura de Campo Grande, 2023c. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/prefeitura-lanca-projeto-adubando-oportunidades-nesta-quarta-feira-3/#:~:text=Ou%20seja%2C%20o%20insumo%20obtido,entregou%20172%20toneladas%20de%20adubos> Acesso em: 30 nov. 2024.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica.** Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set./dez. 2014.

CNODS. **A agenda 2030.** 2024. Disponível em <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/agenda-2030> Acesso em: 10 out. 2024.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Campo Grande (MS) cria comissão municipal dos ODS e confirma participação em prêmio.** Institucional, 2018. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/campo-grande-ms-cria-comissao-municipal-dos-ods-e-confirma-participacao-em-premio> Acesso em: 1 dez. 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Tradução da edição original de 1987). Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf> Acesso em 10.nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8.** Disponível em <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8> Acesso em: 7 out. 2024.

GREENPEACE. **Queimadas no Brasil.** Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/>

informe-se/amazonia/queimadas/ Acesso em: 7 out. 2024.

HANLON, W. Walker. **Coal Smoke, City Growth, and the Costs of the Industrial Revolution.** The Economic Journal, v. 130, n. 626, p. 462-488, fev. 2020. DOI: 10.1093/ej/uez055. <https://academic.oup.com/ej/article/130/626/462/5602598> nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022: principais resultados.** [s.l.]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

INPE. **Infoqueima: boletim mensal de monitoramento e risco de queimadas e incêndios florestais.** São José dos Campos/SP, vol. 9, n. 7, julho/2024. Disponível em: https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Infoqueima/2024/2024_07_infoqueima.pdf Acesso em: 7 out. 2024.

ICS - Instituto Cidades Sustentáveis. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades - Brasil.** 2024a. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction/> Acesso em: 01 nov. 2024.

ICS-InstitutoCidadesSustentáveis.**Mapadadesigualdadeentreascapitais.**2024b.Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadecapitais/> Acesso em: 18 nov. 2024.

ICS - Instituto Cidades Sustentáveis. **Programa cidades sustentáveis.** 2024c. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs> Acesso em: 20. out. 2024.

MACROPLAN ANALYTICS. **DGM 2024: Desafios da gestão municipal – Análise executiva.** Rio de Janeiro, RJ, 2024. Disponível em: <https://www.macroplan.com.br/p/desafios-da-gestao-municipal-2024/> Acesso em: 24. fev. 2025.

MAGALHÃES, Marcos Felipe. **Estratégias para o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. - Barueri, SP: Atlas, 2023.

MALUF, E.J., et al. **Os indicadores de cidades inteligentes e os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU.** In: RISUS – Journal on Innovation and Sustainability, São Paulo, v. 14, n.1, p. 153-166, fev./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/2179-3565.2023v14i1p153-166> Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/60149/41801> Acesso em: 9 out. 2024.

MARQUES, Marcelo Filipe Carvalho. **Agenda 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU: desafios ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial.** Dissertação (Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/12318/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf> Acesso em: 9 out. 2024.

MÁXIMO, Welton. **Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023. Agência Brasil, 2024.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20resgatou%2C%20em%202023,menor%20n%C3%ADvel%20em%2030%20anos> Acesso em: 7 out. 2024.

MICHAELSEN, Alexandra. **Agenda 2030: quais os esforços para promover o desenvolvimento sustentável?** Politize, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/agenda-2030> Acesso em: 9 out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: 11 cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11> Acesso em: 11 out. 2024.

NEVES, Iran Coelho das. **Campo Grande, 123 anos: Capital do nosso orgulho. Portal do Tribunal de Contas da União.** Campo Grande, 2022. Disponível em: <https://tce.ms.gov.br/noticias/artigos/detalhes/6753/capital-do-nosso-orgulho> Acesso em: 15 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nosso futuro comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Tradução oficial do original Our Common Future, 1987).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 7 de novembro de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A territorial approach to the Sustainable Development Goals : Synthesis Report.** Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/>

publications/reports/2020/02/a-territorial-approach-to-the-sustainable-development-goals_1109322e/e86fa715-en.pdf Acesso em: 7 de novembro de 2025.

PUC Minas. Comissão de Sustentabilidade. **Afinal, o que são ODS?** 2023. Disponível em: <https://www.pucminas.br/sustentabilidade/Paginas/ODS.aspx> Acesso em: 21 nov. 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). Guia de Gestão Pública Sustentável. São Paulo: Rede Nossa São Paulo; Instituto Ethos, 2016. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/Guia_Gestao_Publica_Sustentavel.pdf Acesso em: 7 nov. 2025.

RIO+20. **Sobre a Rio+20**. Disponível em http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, Marcia Regina Farias; et al. **Urban development and 2030 Agenda: challenges and solutions for sustainable cities**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. l.], v. 9, n. 73, 2021. DOI: 10.17271/2318847297320212775. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/2775 Acesso em: 7 out. 2024.

STOLL, Mark. **Rachel Carson's Silent Spring, a Book that Changed the World**. Environment & Society Portal, Virtual Exhibitions, n. 1, 2012 [atualização 6 fev. 2020]. Versão 2.0. Rachel Carson Center for Environment and Society. DOI: 10.5282/rcc/8842 Disponível em: <https://www.environmentandsociety.org/exhibitions/rachel-carsons-silent-spring> . Acesso em: 7 nov. 2025.

UNEP. **Marcos ambientais: linha do tempo dos 75 anos da ONU. 2020**. Disponível em <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline> Acesso em: 10 jul. 2024.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf> Acesso em: 10 out. 2024.

WWF-BRASIL. **Entenda as verdadeiras causas das queimadas no Pantanal**. Disponível em <https://www.wwf.org.br/?89620/Entenda-as-verdadeiras-causas-das-queimadas-no-Pantanal> Acesso em: 7 out. 2024.

ZORZO, Felipe Bernardi, et. al. **Desenvolvimento Sustentável e agenda 2030: uma análise**

dos indicadores brasileiros. In: Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022. DOI: 10.25112/rgd.v19i2.3114. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3114> Acesso em: 10 nov. 2025.

Contribuições no artigo: Ellen de Oliveira Dias e Evaldo Carlos Simis Junior declararam ter participado das seguintes etapas: Escrita do manuscrito, Metodologia, Curadoria dos dados, Discussão dos resultados, Análise dos dados. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira e Vera Luci de Almeida declararam ter participado das seguintes etapas: Concepção do manuscrito e Revisões do manuscrito.

Fonte de financiamento da pesquisa, quando houver: Os autores declararam que esta pesquisa não recebeu financiamento